



Cartilha Enade

Professor Antonio Souza

Rio de Janeiro, 2009.

APRESENTAÇÃO

Os 20 temas do Enade, aqui apresentados, são sínteses do programa da prova de “formação geral”, a ser realizada em 08 de novembro deste ano de 2009, para e pelos alunos dos cursos de graduação. Os do 1º e do último ano letivo, selecionados ou voluntários.

O Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade) é um dos critérios de avaliação da Instituição a qual pertence o aluno. E das Instituições de Ensino Superior (IES) em geral. Para o aluno, portanto, é importante que sua IES seja bem avaliada e que ele mesmo faça a sua parte. Veja mais sobre isso na Cartilha FAMA/ENADE 2009.

Os 20 temas do Enade são destinados aos alunos da FAMA, como instrumento teórico para facilitar seus estudos. São textos/temas desenvolvidos sobre o programa do Enade para a prova de formação geral, com exclusividade para o corpo discente da FAMA. Devem, portanto, potencializar seus desempenhos.

I. Sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância e inclusão

Este tema se refere à compreensão de uma sociedade diversificada, com múltiplas formas de culturas; uma sociedade aberta e de oportunidades. Em suma: **a sociedade brasileira.**

NA ORIGEM, a idéia ou conceito de sociodiversidade foi elaborado pela Antropologia. Tem relação com as etnias indígenas, que formam uma sociedade à parte na “chamada sociedade dominante”: a do “homem branco”. Um exemplo mais recente é a dos índios Ianomâmis, que fazem uma sociedade ou “nação” específica dentro do território brasileiro. Nesse sentido, a mais alta Corte de Justiça no Brasil (STF) reconheceu os direitos dos Ianomâmis baseados, inclusive, no conceito de sociodiversidade.

NO SENTIDO SOCIOLÓGICO, pode-se estudar ou compreender a abrangência da idéia ou conceito de sociodiversidade além das questões étnicas e raciais. Isto é: além dos limites que compõem os costumes ou culturas de índios, brancos e negros, base da formação étnica do Brasil. Assim, teríamos mais do que uma sociedade diversificada etnicamente. Teríamos uma sociedade multicultural, com a presença, também, de várias comunidades de imigrantes dentro do território brasileiro. A convivência pacífica entre todos os tipos de imigrantes reforça esta idéia entre os especialistas: o Brasil é uma sociedade multicultural, tolerante quanto aos valores das comunidades e que promove ou pelo menos tenta promover a inclusão das mesmas.

AS SOCIEDADES DIVERSIFICADAS, de se notar, mesmo estando organizadas para a realização do bem comum, não estão isentas de conflitos. Os casos de intolerância ou rejeição do outro não são tão raros assim: aqui e ali podem pipocar casos de xenofobia, discriminação ou preconceito. Isto porque a inexistência de conflitos é uma utopia. Acontece em qualquer país do mundo, inclusive nos países ricos, do primeiro mundo. O que importa, como no caso brasileiro, é que esta não seja uma política de Estado.

OS DIREITOS DOS BRASILEIROS, nativos ou imigrantes, estão garantidos pela Constituição Federal. Estes prevêm a livre manifestação cultural, a aceitação dos valores das comunidades e o direito de participação social na economia. Isto reduz significativamente os conflitos. A legislação brasileira no que diz respeito à sociodiversidade é das melhores a nível mundial, permitindo inclusive manifestações e protestos de minorias.

A VERDADEIRA INCLUSÃO, infelizmente, não depende só da legislação. Em muitos casos de preconceitos e discriminações há lei, mas não justiça. Esta, nos casos polêmicos, precisa ser conquistada pacificamente pela luta dos interessados. Isto, aliás, é o que caracteriza a sociodiversidade: o direito à existência enquanto sociedade ou comunidade ou nação à parte da sociedade dominante é uma ação afirmativa.

SOCIODIVERSIDADE É RIQUEZA CULTURAL. Quanto mais sociodiversificada for uma sociedade mais ela será rica culturalmente. Ao invés de querermos o mesmo, o homogêneo como padrão, pode-se ganhar muito mais se incluirmos e tolerarmos o diferente, seja ele índio, estrangeiro, negro, homossexual ou portador de necessidades especiais.

A IDÉIA-CHAVE DESTE TEMA, podemos resumir, é a de **uma sociedade equilibrada, vivendo em harmonia, sabendo lidar com diferenças de todos os tipos e valorizando-as.** No caso: respeitar e valorizar culturas, ser receptivo e patrocinar a integração é o sentido maior da humanidade.

II. Exclusão e minorias

Nas sociedades capitalistas globalizadas o fenômeno sociológico da exclusão não tem fronteiras: ocorre na França, nos Estados Unidos, na África do Sul ou no Brasil. Em todos os países e em todos os continentes. É um fenômeno global que afeta diversas minorias étnicas, sexuais e sociais.

A EXCLUSÃO, no entanto, é mais flagrante, mais visível, mais sentida nos países pobres e em desenvolvimento. Também há nesses países mais tipos ou gêneros de exclusão. E o número das ocorrências é, proporcionalmente, maior. Ou seja: a exclusão varia em gênero, número e grau, de acordo com cada tipo de minoria.

O IMPACTO sobre quem sofre a exclusão, seja o indivíduo, a minoria ou o grupo social, é maior nas sociedades em que as desigualdades econômicas, principalmente, são mais frequentes ou comuns. Onde estas são mais intensas.

SEXO E RAÇA são os gêneros mais afetados de exclusão, que atinge quase todos os países, independentemente de serem ricos ou pobres. Mulheres, homossexuais masculinos e femininos são discriminadas em geral. O racismo, de natureza étnica, pode afetar negros, índios, migrantes ou imigrantes. Como vimos no primeiro tema, há nos casos de racismo o componente cultural. O certo é que estas minorias não estão livres dos ataques discriminatórios.

É CLARO que quanto mais desigualdade houver numa sociedade maior será o número de excluídos. Isto é óbvio. Neste contexto estão os marginalizados do sistema educacional (um exemplo mais nítido é o dos que não têm acesso à internet), os sem tetos, os sem terras, a população de rua, os mendigos e todos os que estão sob a linha da miséria. São os excluídos sociais.

NO BRASIL, os excluídos do “grande banquete” são quase todos pobres. Estes, aliás, podem até sofrer dupla discriminação, conforme o caso: por serem pobre e negro ou índios, ou por serem homossexuais, além de pobres. Se o cidadão for pobre e pertencer a qualquer minoria étnica ou cultural e além de tudo for homossexual aí sim será o pior dos mundos para ele. Lembramos um fato da história contemporânea, de uma conhecida política que reclamava de ser discriminada por ser “mulher, negra e favelada”.

OS EXCLUÍDOS, nesse mundo globalizado, na maioria das sociedades democráticas, têm os seus direitos de minoria assegurados legalmente. Quer dizer: têm o direito de existirem enquanto tal, enquanto minoria, com sua livre manifestação respeitada. Mas isto não impede que a violação dos direitos de existência e manifestação dessas minorias inexista, conforme vimos acima, como fenômeno globalizado. Pelo contrário, ações afirmativas de indivíduos e de ONG têm demonstrado que há muito que fazer para mitigar a exclusão, pelo menos.

ESTE TEMA, em resumo, se refere às diferenças de condição de existência de indivíduos, grupos e minorias. De um lado, a exclusão é um fenômeno globalizado, principalmente nas questões étnicas e sexuais. De outro, afeta países pobres e em desenvolvimento muito mais agudamente nas questões sociais ou econômicas. A exclusão, em qualquer situação, é política e eticamente incorretas.

III. Biodiversidade

Conceito originário da biologia, significando o estudo da diversidade da vida animal e vegetal, micro e macro. A importância contemporânea da biodiversidade, no entanto, ultrapassa, transcende os limites da biologia. Quer dizer: interessa não só aos biólogos, mas a todos que têm responsabilidade sobre a preservação da vida no planeta Terra: cidadãos conscientes e governantes em geral.

PRESERVAR é a palavra-chave da biodiversidade. Quando uma vida é extinta, seja ela de animal ou vegetal, a harmonia é quebrada e o meio em volta fica mais pobre, deficitário. Nesse sentido, a ameaça de extinção da fauna e da flora num determinado bioma ou ecossistema põem em risco todas as espécies de vida ali existentes. São as consequências de um desastre dessa magnitude que preocupam cientistas, governantes e cidadãos de todo mundo.

A **INTERDEPENDÊNCIA** entre espécies de vida junto ao meio ambiente é que mantém a existência e o equilíbrio do sistema. Do mais simples ao mais complexo: seja a dos insetos e animais que vivem numa árvore, até toda fauna e flora de um ecossistema, por exemplos. A biodiversidade, então, se caracteriza pela interdependência de animais e vegetais num determinado ecossistema: seja o de florestas tropicais ou temperadas, cerrados ou savanas ou semi-áridos e desertos.

A **DIVERSIDADE GENÉTICA** entre as espécies é uma outra característica da biodiversidade. Isto é, além da diversidade das espécies animais e vegetais, e da diversidade entre ecossistemas ou biomas, há a diversidade dos genes numa mesma espécie. Nenhum indivíduo é geneticamente igual a outro na mesma espécie e a vida é um processo dinâmico, em evolução e potencialmente capaz de tornar-se rica e diversificada. Modernas teorias da evolução e genéticas apontam para a possibilidade de seleção e aprimoramento naturais de espécies.

DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO a biodiversidade produz uma grande quantidade de produtos e empregos, gerando a necessidade de preservar para viver. As indústrias de alimentos, cosméticas e farmacêuticas se beneficiam diretamente da diversidade vegetal em biomas ricos em flora nativa. A exploração econômica é feita de forma sustentada, sem ameaçar a extinção do ecossistema, o que a torna eticamente correta e valorizada.

NO BRASIL, considerando a soma da fauna e da flora, o que restou da Mata Atlântica ainda é o ecossistema mais diversificado, quantitativamente com mais espécies. A Amazônia, por outro lado, considerando sua extensão ou tamanho, é o bioma mais rico em diversidade vegetal para a exploração econômica. Também é o mais ameaçado. No geral, todos os ecossistemas brasileiros são importantes para o equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, para a preservação da biodiversidade.

ESTE TEMA é importante do ponto de vista científico, econômico e ético: (1) a biodiversidade é fonte de inúmeras pesquisas em diversas áreas da biologia e outras ciências naturais; (2) economicamente produz riquezas e empregos; (3) reforça a consciência da necessidade de preservar toda forma de vida no nosso planeta.

IV. Ecologia

É o estudo das relações dos seres vivos entre si no meio orgânico ou inorgânico no qual vivem. Nesta definição biológica, cuja origem do conceito remonta ao célebre zoologista e biólogo E.H. Haeckel (1834-1919), prevalece relações naturais, dos seres vivos na natureza. Mais especificamente, de onde deriva o conceito de ecologia, na sua “oïkos”, ou casa para os gregos antigos. Quer dizer: relações naturais, desde a que há num simples tecido orgânico, tanto animal como vegetal, até a que há na biosfera, que engloba o conjunto dos seres vivos. Para a definição biológica, o ser vivo não é autônomo e interage, necessariamente, com o meio orgânico ou inorgânico no qual vive.

AINDA no sentido biológico do conceito de ecologia, os organismos reagem aos fatores do seu ambiente quando o equilíbrio vital é alterado. Assim, para ilustrar esta idéia, podemos imaginar a replicação do vírus que levará o organismo à morte. Ou a morte de uma espécie quando seu ambiente torna-se insuportável, impossível, como a mortandade de peixes por poluição de rios ou lagoas.

POR OUTRO LADO, o ambiente também pode ser alterado e ficar em situação de risco para os organismos. Fatores exógenos como catástrofes naturais, mutações genéticas ou processos evolutivos causados por seleção natural ou adaptação e, tanto ou mais letal, a ação nefasta dos homens alteram o ambiente e, conseqüentemente, põem em risco os organismos num determinado local, seja na célula ou na biosfera.

O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO é fundamental para a existência florescente da vida. Em condições ideais, os organismos e o ambiente são interdependentes. Quando há um desequilíbrio por catástrofe natural que tenha alterado o ambiente, algum tipo de vida pode ser extinta ou sofrer adaptação, como no clássico exemplo dos dinossauros. O mesmo vale para a mutação genética ou evolução, que mantém a vida de outra forma, adaptando-a ou levando-a extinção.

A AÇÃO NEFASTA dos homens sobre o ambiente, no entanto, é muito mais ameaçadora do que qualquer catástrofe natural, mutação ou evolução, no longo prazo. Isto é, desde ou quando estas não sejam causadas pelo próprio homem, como têm sido comum. Emissões de gases tóxicos na atmosfera, desmatamentos, poluição generalizada e expansão desordenada da população são, potencialmente, os que mais causam o desequilíbrio ecológico e ameaçam a vida no planeta.

A ECOLOGIA é uma das principais fontes de conhecimento para a implementação de políticas governamentais de preservação do ambiente. Muito mais agora, quando parece óbvio que são as ações dos homens que estão tornando mais devastadoras as catástrofes; e também quando a consciência ecológica torna-se quase uma regra, um consenso entre cidadãos.

NO BRASIL, cresce também a mobilização por atitudes ecologicamente corretas em todos os setores, por todo lado. No cotidiano, da casa para o condomínio ou comunidade. Na preocupação geral com as ameaças ao nosso maior bioma, a Amazônia.

ESTE TEMA enfoca a ecologia como a ciência da relação da vida com o meio ambiente. Da necessidade do equilíbrio ecológico como condição *sine qua non*. E de como é importante atitudes ecologicamente corretas e mobilização política para que a vida e meio ambiente sejam preservados para as gerações futuras.

V. Mapas sócio e geopolítico

Representação gráfica ou através de figuras de temas relacionados à sociologia, política e geografia descritiva. De outra forma: são mapas ou descrição espacial de realidades sociais e políticas num determinado território. Vêm-se nos mapas sócio e geopolítico as influências dos territórios sobre as realidades sociais e política de uma região, de um país, de um continente e até do mundo. Os mapas são sínteses figuradas de um tema sobre o espaço ou território.

UM PRIMEIRO EXEMPLO, sociológico, pode ser: países pobres do Hemisfério Sul e países ricos do Hemisfério Norte. O mapa, então, pode diferenciar alguns dos países mais pobres da América Latina, como o Haiti, e da África como o Malawi, este abaixo da linha do Equador.

UM SEGUNDO EXEMPLO, político, é o da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. Num mapa atualizado, esta organização incorporou antigos países do bloco da ex-União Soviética, que formavam o Pacto de Varsóvia. Agora a OTAN se contrapõe à Rússia, principalmente. A OTAN tem 26 países europeus mais os Estados Unidos, que é quem a domina. Fazem operações de guerra inclusive fora da Europa, como no Iraque e Afeganistão.

OUTROS EXEMPLOS são os mapas que representam, desenhando, as desigualdades socioeconômicas num país como o Brasil. Aí pode ser a representação gráfica de temas que mostram as desigualdades regionais em diversas esferas: educação, saúde, saneamento, participação no Produto Interno Bruto – PIB, etc. O **IBGE** desenvolve este tipo de mapa.

GEOPOLITICAMENTE, olhando para as relações do Brasil, são exemplos também as nossas relações no MERCOSUL: se são de hegemonia (poder e potência de dominar), ou se o Brasil é um líder na América Latina e se deve ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Este último é um desejo da política externa brasileira.

OS MAPAS sócio e geopolítico, como um tipo específico de mapa, relacionam realidades geográficas com as razões sociais e políticas. Trata-se de mostrar num desenho gráfico o que se assemelha, ou o que se diferencia segundo o tema. Por exemplo: no Brasil as regiões Norte e Nordeste poderiam ser mostrados em vermelho num mapa de distribuição de rendas, enquanto o Sul e o Sudeste poderiam ter a cor azul. O vermelho seria o mais pobre, o azul o mais rico e, para diferenciar o Centro Oeste, o amarelo.

EM RESUMO: os mapas sócio e geopolítico podem representar uma realidade atual e também, se tiverem um sentido comparativo, a evolução histórica desta mesma realidade. Nesse sentido, além de servir como síntese sobre o tema, os mapas mostram também se há ou se está havendo algum tipo de dinâmica sobre tal ou qual geografia ou território.

ESTE TEMA reflete idéias representadas visualmente nos mapas. Conhecer a problemática sócio e geopolítica de uma região, de um país, de um continente e do mundo como um todo é uma das formas mais sintéticas e modernas que existem. Ver, inclusive, os mapas do site de busca da google, alguns com definição sócio e geopolítica.

VI. Globalização

Econômica e cultural. A globalização representa a expansão do sistema capitalista e da cultura ocidental por todo o planeta, por todo o globo, a nível mundial. É como se disséssemos que o mundo ficou menor e quase igual em todas as partes: São Paulo, Nova York, Londres, Moscou, Pequim, etc.

O SISTEMA CAPITALISTA, com suas relações de produção e de comércio, é dominante em toda economia mundial. Ele se tornou globalizado. Hoje, os países socialistas do antigo bloco da União Soviética, com a Rússia à frente, já ingressaram na economia de mercado, capitalista. Isto é, desde o fim do socialismo europeu nos anos finais do século passado. Até a China, no Oriente, que ainda tem um partido comunista no poder, pratica com o mundo as mesmas relações capitalistas de produção e comércio. Enfim, no Ocidente e no Oriente é o sistema capitalista que dá o sentido globalizado à economia.

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA nos meios de comunicação, nos transportes e na informática fez com que as barreiras de espaço e tempo se tornassem quase insignificantes para os negócios, para o lazer e para as relações sociais em geral. Tudo é mais rápido, mais seguro e cada vez há menos centralização. No mundo de economia globalizada, o telefone celular por satélite, a internet banda larga e o avião a jato aproximam homens e mercadorias de forma surpreendente.

AS DESIGUALDADES econômicas inerentes ao sistema capitalista, por outro lado, são também flagrantes ou nítidas no processo de globalização. O sistema cria riquezas, mas não consegue acabar com a pobreza, a miséria. O crescimento do consumo em todo o mundo de produtos, aparelhos e engenhocas eletrônicas da revolução tecnológica convive lado a lado, frente a frente, vis-à-vis com bolsões de misérias, com milhões de pessoas em risco de insegurança alimentar. Esta é uma das contradições da globalização: gente e países ricos, emergentes e pobres no mesmo bolo.

A CULTURA OCIDENTAL também se expande por quase todo o mundo num processo de globalização que vai do centro para a periferia. Há, no entanto, formas de resistência nos países islâmicos, mais por causa de fé religiosa. No geral, os valores ocidentais fundamentados no consumo desenfreado interferem na cultura de massa, nas artes, na música, na moda e no comportamento de homens e mulheres dos países ocidentais ou orientais. São situações parecidas vividas por homens e mulheres em diferentes partes do mundo, vestindo o mesmo tipo de terno, o mesmo corte de vestido, ouvindo as mesmas músicas, vendo filmes iguais, com celulares ao ouvido ou compartilhando o mesmo site de relacionamento na internet.

A VIDA social, cultural e econômica de países ricos, emergentes e pobres é afetada pela globalização. Isto é fato. Os países tornam-se mais internacionalizados quanto maior for a globalização. Isto é óbvio. Há intercâmbios, consumo dos mesmos produtos tecnológicos e descentralização da produção em grande escala, a partir das multinacionais. É como se o mundo caminhasse para se tornar uma “aldeia global”, diminuísse as distâncias e nos tornasse mais conhecidos uns dos outros.

ESTE TEMA traçou em linhas gerais algumas características da globalização. Esta é uma realidade do sistema capitalista atual. O que atinge um país pode afetar vários países, continentes ou o mundo. Os problemas podem ter magnitudes inimagináveis até bem pouco tempo atrás. Veja a grande crise de 2008-2009, a maior do capitalismo desde a grande crise de 1929.

VII. Arte, cultura e filosofia

São valores da humanidade, criados e aperfeiçoados por homens e mulheres ao longo da história. Estes valores educam, aperfeiçoam e divertem o ser humano, homens e mulheres.

FOI UM LONGO CAMINHO da humanidade desde a pré-história até os dias de hoje para a arte, a cultura e a filosofia. Do movimento fortuito, feliz, que combinou o gesto gracioso do corpo com o som percutido por acaso ou acidente, gerando a dança e a música, nos primórdios da humanidade. Da intervenção necessária na natureza, para sobreviver, desenvolvendo instrumentos a partir da matéria bruta, do pau, da pedra, do osso, para construir e decorar, como nas pinturas rupestres do homem das cavernas. E, do mito e do medo da origem da vida, das coisas para a construção de uma crença religiosa até a formação do pensamento lógico da filosofia. Longos caminhos de mais de 30 mil anos, pelo menos.

CAMINHOS DIFERENTES foram trilhados na criação e desenvolvimento da arte, cultura e filosofia, conforme circunstâncias e desafios enfrentados. Por exemplo: o percorrido por homens e mulheres no que é conhecido por **civilização ocidental**, até as sociedades sofisticadas de hoje, com arte, cultura e filosofia próprias. Não é o mesmo caminho da **civilização oriental**, com Índia e China à frente, na vanguarda do movimento. Muito menos ainda o caminho dos povos que estavam no **neolítico** quando foram invadidos, incorporados ou exterminados pelo colonizador ou explorador. Vide o caso das Américas, África, Brasil e ilhas oceânicas.

A EXPRESSÃO ARTÍSTICA oscila da espontaneidade à elaboração do movimento, da forma. É próprio do ser humano, ainda que diferenciada de acordo com a técnica de cada povo, indivíduo, quando este aparece como criador. A arte pode ser entendida como uma manifestação individual ou coletiva. Tendo uma história e uma geografia. A arte de Picasso, espanhol que viveu na França desde o início do século XX, é um exemplo, ainda que contextual, de manifestação individual.

A CULTURA enquanto tal, seja ela material ou espiritual, é sempre coletiva, representando a materialização dos sentimentos de um povo. Sua forma de viver, lidar com a vida, com as gentes, pessoas, as aspirações, os costumes, etc. Nesse sentido, ela é múltipla, nunca exatamente homogênea ou igual. Veja, por exemplo, as diferenças que há entre as culturas dos diversos povos que vivem no Parque Nacional do Xingu, com índios do mesmo estágio de civilização. Se considerarmos as sociedades industriais, contudo, teríamos que falar de multiculturalismo.

A FILOSOFIA, para fechar, como disse Hegel na sua Enciclopédia Filosófica, começa na Grécia antiga, com os filósofos da natureza, desde o século VI a.C. com Tales, Heráclito, Empédocles, Pitágoras e outros. Quer dizer: é só a partir daí e não antes ou em outro lugar que podemos falar de filosofia. Bom, filosofia como um sistema lógico da natureza e da humanidade. Não se trata da “filosofia de vida”, vulgar, ou religiosa, como no budismo ou hinduísmo. Em síntese: diferente da arte e da cultura, a filosofia não é “manifestação”, nem a “materialização de sentimentos”. Ela é a elevação do pensamento, que exige um grau de abstração e conhecimentos próprios.

RESUMINDO: podemos dizer que os valores humanos da arte, cultura e filosofia possuem uma história, uma geografia e são diferentes segundo um determinado grau de desenvolvimento material e espiritual dos povos.

ESTE TEMA, por causa da sua extensão, ficou quase que somente nos conceitos, idéias correntes e exemplos bastante generalizados. Mas se pode partir daí para fazer algum estudo mais detalhado.

VIII. Políticas públicas

Educação, habitação, saneamento, saúde, segurança e desenvolvimento sustentável. Estas são áreas ou setores essenciais ou prioritários à qualidade de vida da população. As políticas públicas visam, nestes casos, demandas e expectativas identificáveis. Geralmente, a ação visada é formulada através de algum programa de metas para a saúde, segurança, educação, etc.

OS PROGRAMAS DE METAS podem ser apresentados previamente à população nas campanhas eleitorais em sociedades democráticas por candidatos a cargos do executivo federal, estadual e municipal. A população escolhe então quem ela considera o melhor gestor público para suas demandas e expectativas, de acordo com algum grau de prioridade. Por exemplo, a segurança tem sido destaque na cidade do Rio de Janeiro, devido à violência. Mas há também uma população carente de saúde, sobretudo nas regiões mais pobres.

AS DEMANDAS E EXPECTATIVAS da população são atendidas, considerando um quadro otimista, na gestão pública do governante eleito, com sua administração de ministros, secretários, burocratas e tecnocratas. O comportamento politicamente correto exige que as promessas de campanha sobre políticas públicas sejam cumpridas, ou pelo menos iniciadas, quando se trata de projetos de longo prazo. Projetos de habitação e saneamento, por exemplo, podem ser estendidos ao longo dos mandatos dos políticos até serem cumpridos à risca.

TEORIA E PRÁTICA nem sempre se juntam quando se trata de políticas públicas. Em países muito desiguais como o Brasil, com muitas diferenças socioeconômicas entre a população, é bastante comum as promessas dos chamados atores públicos não serem cumpridas. Estes, eleitos pelo mandato popular, às vezes são ineptos, despreparados e incapazes de tomar decisão política para realizar as demandas e expectativas populares. Quer dizer, ou não põe em prática o que prometeram, ou só governam para si mesmos.

A COISA PÚBLICA, a *res publica* que designa a forma de governo chamada de república, não é só exclusividade dos atores públicos, os políticos, burocratas e tecnocratas. Não são só estes com poder incondicional para decidir sobre o que quer e espera a população. Há também os atores privados, geralmente associados em categorias diversas: associação de moradores, trabalhadores, empresários, etc. Os atores privados podem fazer parceria com o poder público, participar de movimentos de voluntariado e até criar uma organização não governamental – ONG – para pressionar ou colaborar com o poder público.

A QUALIDADE DE VIDA da população é tanto maior se houver políticas públicas consistentes em educação, saúde, saneamento, habitação, segurança e desenvolvimento sustentável. Isto é óbvio. A agenda para estas áreas ou setores da administração pública está sempre aberta, dependendo das prioridades: formulação da política ou ação necessária às demandas e expectativas da população por parte do agente ou ator público ou privado, ou de redistribuir rendas, ou de regularizar condutas sociais. A qualidade de vida é definida por um melhor nível de desenvolvimento socioeconômico e menor desigualdades entre as pessoas.

ESTE TEMA nos leva à conscientização política, participativa. Da informação à ação politicamente correta. As políticas públicas são formuladas, projetadas em torno de um programa de metas, para administrar conflitos, responder às pressões e, sobretudo, atender as demandas e expectativas da população. É importante, também, não esquecer o papel dos atores privados, cada vez mais participantes na coisa pública ou república.

IX. Redes sociais e responsabilidades

Setor público, privado e terceiro setor. A finalidade das redes sociais, com a participação do setor público, privado e do terceiro setor, é a de melhorar a vida social, as relações sociais em geral. Nesse sentido, os três setores assumem responsabilidades sociais, de forma autônoma ou compartilhada.

O SETOR PÚBLICO é representado pelo Estado. Teoricamente, o Estado é o responsável pelo bem estar social. Na prática, no entanto, o Estado não é onipresente e, em grande parte, está mesmo ausente, como, por exemplo, nas comunidades mais pobres. É preciso não confundir o Estado com o governo. Este é o representante temporal daquele, que tem se mostrado falido ou incapaz de, por si só, promover o bem estar social.

O SETOR PRIVADO é representado pelo mercado, ou seja, pela lei da oferta e da procura. Quando os preços ou qualquer mercadoria aumentam, diminui a procura ou a demanda e vice-versa. Isto vale também para o dinheiro e a força de trabalho. O crédito fica mais caro ou o desemprego aumenta. Este sistema, desde os tempos do capitalismo selvagem, gera grandes distorções. Tanto maior se o país for pobre ou em desenvolvimento. É justamente para equilibrar melhor as desigualdades que o setor privado é obrigado ou instado a assumir suas responsabilidades sociais.

O TERCEIRO SETOR é composto por diversos tipos de iniciativas privadas, institucionais e até individuais, que visam à utilidade pública, o bem estar social. Podem ser compreendidas também como formas de parceria entre o público e o privado, compondo entidades filantrópicas, fundações de interesse social e organizações não governamentais, as ongs. Geralmente estas instituições não têm fins lucrativos e possuem gestões próprias. As parcerias com o setor público e o privado são feitas através de incentivos fiscais, isenções e doações.

OS BENEFICIADOS pelas ações do terceiro setor, através das redes de solidariedade, além da sociedade como um todo, são as crianças carentes, pessoas especiais e idosos. Ao nível da inclusão social, as instituições e fundações atuam visando o mercado de trabalho, as artes e o esporte. Enfim, o público, o privado e o terceiro setor são todos interessados em promover o bem estar social.

OS INTERESSADOS pelas redes sociais e responsabilidades aumentam geometricamente, conforme a cidadania e a conscientização política. Quer dizer, quando os espaços em que o Estado está ausente são ocupados, quando a sociedade torna-se participativa, surgem novas oportunidades de inclusão e de controle sobre a coisa pública. O setor público é pressionado para agir. O setor privado tem que dar a sua parte, além da preocupação com os lucros do empreendimento. E o terceiro setor, resultante dos conflitos e contradições do Estado e do capitalismo, torna-se um movimento legítimo na sociedade atual.

ESTE TEMA reflete uma realidade sociológica das mais importantes. As redes sociais representam o conjunto das instituições que, através das parcerias entre o público e o privado, compõem o terceiro setor. Por outro lado, reforçam a necessidade de cidadania e de responsabilidade social em todas as instâncias da vida privada. Seja com mais participação social, com a recusa aos atos ilegais ou com o respeito aos direitos individuais.

X. Relações interpessoais (respeitar, cuidar, considerar e conviver)

São relações de uma pessoa com outra, individualmente, e de pessoas entre si, coletivamente, num mesmo grupo social, profissional ou de interesses comuns. Em ambos os casos são relações necessárias à convivência social. O homem -- o homem e a mulher --, segundo o filósofo Aristóteles, é também um “animal social”, assim como um “animal político” ou *zoom politikom*. As relações interpessoais são de natureza social ou política, dependendo dos casos.

RESPEITAR o outro ou a outra, os outros e a si mesmo é um princípio básico nas relações interpessoais. O outro não é só quem julgamos diferente de nós, mas alguém com quem temos de conviver na vida social, familiar, profissional. Alguém com quem, por algum motivo, temos interesses em comum, com quem compartilhamos alguma coisa. Exemplos? Uma pessoa com necessidade especial; pessoas com orientação sexual diferentes; uma subordinada no ambiente de trabalho; uma amiga; um familiar; um estranho, etc.

CUIDAR é uma outra forma de relação interpessoal. É uma relação muito ligada ao afeto, como na expressão “quem ama ou gosta, cuida”. Este cuidar pode ser no sentido de preservar ou proteger a pessoa ou as pessoas com as quais temos relações de maior afinidade. Cuidar também pode significar que nas relações interpessoais a pessoa ou as pessoas devem evitar conflitos desnecessários, que as ponham em risco; ou sobre comportamentos que possam determinar o fim das relações. É exemplo todo tipo de comportamento negativo aqueles que humilham, desprezam, ridicularizam ou diminuem o outro, a outra ou os outros.

CONSIDERAR é uma atitude da razão, da capacidade intelectual de julgamento. Nas relações interpessoais considerar significa que aquele que pensa, diz ou determina que a ação do outro ou dos outros têm importância para ser levadas em consideração, em conta, aceita. Dizemos que se trata de uma atitude racional porque um dos princípios básicos nas relações entre as pessoas é que “ninguém é ou deve ser dono da verdade”. Para exemplificar, diríamos que é preciso “considerar a opinião de fulano”, “o comportamento de sicrano” e os “defeitos ou qualidades de beltrano”. Ou seja, ser tolerante com o outro ou os outros.

CONVIVER é a mesma coisa que viver juntos: na casa, no trabalho, na escola, na rua. Há graus diferentes de convívio: os mais íntimos, os mais profissionais, os de cordialidades. Mas, de qualquer forma, conviver é, nas relações interpessoais, o mesmo que aceitar, tolerar o outro ou os outros, na vida comum. São exemplos as relações familiares, profissionais e as da vida cotidiana das pessoas envolvidas.

A **COMPETIÇÃO** interpessoal pode tornar as relações entre as pessoas em relações políticas, no sentido de que elas querem ter algum tipo de poder. Isto é da natureza dinâmica da sociedade. Mas a competição interpessoal não pode ou não deve excluir a ética ou o bom comportamento. Ao contrário, as relações interpessoais, no nosso atual estágio de civilização, não podem prescindir ou de deixar de ter o respeito, o cuidado, a consideração e o melhor convívio entre as pessoas.

ESTE TEMA está relacionado à necessidade do comportamento politicamente correto entre as pessoas. Ao nível da sociabilidade exigida nas diversas esferas da vida social. Nas atitudes de cada um na vida familiar, profissional e no cotidiano. E que as relações interpessoais são um dos traços ou características da sociedade humana: tanto mais evoluída quanto maior respeito e tolerância houver entre as pessoas.

XI. Vida urbana e rural

Cidade e campo. Litoral e interior. Os fluxos das migrações. Tendências e qualidade de vida. A configuração atual. As principais causas das mudanças para a compreensão da problemática.

OS NÚMEROS do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**) mostram que o Brasil só passou a ter uma população predominantemente urbana a partir da 2ª metade do século passado. Por exemplo: ainda nos anos 30 do século XX apenas 1/3 da população vivia nas cidades. Isto quer dizer que na outra ponta quase 70% da população vivia no campo ou na zona rural.

O ESTIGMA de ser um país rural foi, durante décadas, um obstáculo ou até mesmo uma das razões do subdesenvolvimento nacional. Os países ricos eram industrializados, com uma forte presença de trabalhadores no setor terciário da economia e, portanto, predominantemente urbanos. Ser taxado de ser um país rural, com a economia baseada na agricultura e na pecuária era o mesmo que ser chamado de pobre. Quer dizer: no caso brasileiro da época, uma economia agrícola pobre, de subsistência, concentrada nas monoculturas cafeeira e açucareira, sobretudo.

A TENDÊNCIA da concentração populacional nas cidades foi no sentido de realizar desejos de melhor qualidade de vida, de mais oportunidades. O meio rural era pobre, injusto e insuficiente em perspectivas de melhorar a qualidade de vida, incluindo aí saúde, educação e até falta de energia elétrica. Nesse sentido, mais do que a certeza de encontrar trabalho nas cidades, houve grandes migrações com a esperança de uma vida melhor e de um futuro mais ameno para os filhos.

AS MIGRAÇÕES do campo para a cidade, causando o que os demógrafos chamam de inchaço, foram também inter-regionais. Do nordeste brasileiro para o sul/sudeste do país. Neste caso, bastante conhecido no Brasil, a causa foi a extrema miséria da população rural, vitimada pelas secas comuns na região. Estes migrantes, em sua maioria, quase destituídos de dignidade e de cidadania, chegavam aos montes, fazendo surgir da noite para o dia as favelas, os aglomerados de casebres, superpovoados e, na maioria dos casos, de gente subempregada.

A CONFIGURAÇÃO atual da equação cidade/campo, vida urbana/rural, litoral/interior, mostra que mais de 80% da população é cidadina. Pelos números do IBGE, atualizados minuto a minuto, dos mais de 190 milhões de habitantes do Brasil hoje pelo menos 150 milhões vivem nas cidades. São mais de 5 mil municípios, com população majoritariamente jovem, mas ainda mal distribuída por faixa etária.

OS EFEITOS da concentração populacional nas cidades se fazem sentir no aumento da violência, na insuficiência de serviços públicos, no desemprego e, conseqüentemente, na miséria das periferias urbanas transformadas em dormitórios e, para vergonha de todos, na infância perdida de milhares de crianças abandonadas e sem perspectivas de futuro ou de qualidade de vida. Vivemos um tal inchaço populacional, com tantos problemas, que já há um tímido refluxo para o interior, para a pacata vida no campo.

EM RESUMO, diríamos que nas últimas décadas o Brasil se afirmou como um país urbano, com tudo o que isto representa de bom e de problemas. Nosso campo também já não é mais o mesmo e tempos uma das mais desenvolvidas agriculturas e pecuárias do mundo. Isto significa que a volta para o campo será sempre relativamente menor, por causa do menor número de ocupação.

ESTE TEMA sobre vidas nas cidades e no campo reflete um processo histórico do capitalismo num país como o Brasil, que passou abruptamente, diríamos, do rural para o urbano. Que tem que enfrentar justamente a realidade de ter uma condição predominantemente urbana, com todos os problemas que isto acarreta num país desigual.

XII. Inclusão/exclusão digital

Em termos numéricos, num país como o Brasil, o sinal da equação é **de menos** para a inclusão e, conseqüentemente, **de mais** para a exclusão digital. Quer dizer, num país que não é nem rico nem pobre, segundo analistas econômicos, mas em desenvolvimento ou emergente, há uma grande defasagem ou diferença entre os que estão incluídos e os que estão excluídos do uso da tecnologia digital, das tecnologias da informação.

O FATO é que, proporcionalmente, há uma relação bastante nítida entre economia e tecnologia. A posse para uso cotidiano e à vontade de tecnologias de ponta, de última geração, é tanto maior junto às pessoas e classes sociais economicamente favorecidas. Isto vale, no caso das tecnologias digitais da informação, para computadores e telefones celulares, em qualquer lugar onde o acesso às mesmas não é generalizado por motivos econômicos. É por aí que se entende, em primeiro lugar, uma das facetas da problemática inclusão/exclusão digital.

O SINAL MAIS da equação digital, o dos excluídos, reflete a desigualdade gritante na distribuição de serviços sociais. As tecnologias da informação, afinal são ferramentas ou meios voltados aos serviços sociais, para uso de homens e mulheres, para o trabalho e para o lazer: auxiliando, informando e divertindo. Nesse sentido, quanto mais pobre ou economicamente incapaz for a população, mais ela será excluída do melhor dos serviços sociais, incluindo aí os da tecnologia da informação. No caso brasileiro isto é flagrante se compararmos, por exemplo, com os países mais avançados no setor, como o Japão e a Finlândia.

AS DIFERENÇAS ou, no caso aqui compreendido, as variáveis são menores na telefonia celular, que já é mais do que uma simples ferramenta ou meio de comunicação verbal. Mesmo considerando a larga difusão deste serviço no Brasil, no entanto, ainda assim há distorções entre os que têm o melhor da tecnologia e os que não têm nada; entre populações com mais de um celular *per capita* e as que não possuem nem a metade disso. Os números estatísticos são bastante contraditórios e mostram ainda uma grande massa de excluídos.

CONSIDERANDO a tecnologia da computação fixa e móvel, o abismo entre incluídos e excluídos digitais no Brasil é muito maior. O número dos que possui computador pessoal não atinge 40% da população. O número dos que tem acesso à Internet na sua casa não atinge 30% da população, por causa do custo da linha telefônica. E o número do que tem acesso à banda larga em casa não chega a 20% da população. Estes números foram “arredondados” para ilustrar a idéia. São números de um país emergente e em desenvolvimento, com distribuição desigual de rendas e com um sistema educacional muito aquém do nível médio das nações desenvolvidas.

A INVERSÃO do **sinal mais** para **o menos** da equação digital no Brasil depende de uma melhor distribuição da riqueza nacional e da expansão dos serviços públicos na área de tecnologia da informação, para resgatar cidadanias. São poucos os serviços gratuitos de Internet banda larga e menos ainda a vontade política de proporcionar às populações mais exploradas e miseráveis o acesso livre à informação. Não há nem inserção nem valorização da cidadania nesses coletivos.

ESTE TEMA enfoca a equação inclusão/exclusão digital do ponto de vista das contradições econômicas e sociais da sociedade brasileira, ainda muito longe de inverter **o sinal mais** dos excluídos pelo **sinal menos** dos incluídos. O que há de bom é que, como tudo está em movimento, e que o Brasil é um país emergente no cenário mundial, a tendência é de melhorar.

XIII. Democracia e cidadania

São conceitos complementares: só há realização plena da cidadania no governo democrático e, por outro lado, é o exercício da cidadania que sustenta, garante a democracia. Quando o governo é de todos e para todos, democracia e cidadania se complementam.

A ORIGEM de ambos os conceitos ou concepções ou idéias está na Grécia antiga, que também é o berço da civilização ocidental, a nossa, da qual o Brasil é herdeiro. Os gregos e filósofos, como Platão e Aristóteles, repudiavam formas ou tipos de governo como a tirania (governo despótico de um só) e também a oligarquia (governo de uns poucos privilegiados). Para eles, só o governo do povo (democracia) poderia ter legitimidade, pois é mais justo e, para usar uma expressão atual, incluyente.

DESDE a origem da democracia na Grécia antiga muita água fluiu no rio da história. De se notar que por lá a maioria da população era excluída de participar da democracia, de exercer a cidadania. Eram escravos. Quer dizer, não tinham o privilégio típico do cidadão grego. Ou do cidadão romano, quando estes passaram a dominar o mundo. Os escravos e os estrangeiros não eram considerados dignos de ter cidadania.

NO MOVIMENTO da história, de lá para cá, um dos marcos da democracia no Ocidente foi a revolução francesa de 1789, que determinou como tratamento máximo para qualquer pessoa, homem ou mulher, o nome ou apelo de cidadão ou cidadã. Era o início da democracia moderna, estatuinto o direito de cidadania como um direito universal. Isto é, pelo menos na teoria.

A DIFERENÇA histórica e geográfica entre os países sempre foi bastante acentuada, no que concerne ao nosso tema. Por exemplo, os países da Europa e os Estados Unidos têm “índices de democracia” maiores ou melhores do que os países da América Latina, Ásia e África. Da mesma forma, os direitos de cidadania são potencialmente maiores em países do norte da Europa, como a Suécia, que atinge índice de 9,5 numa escala de 10. Na outra ponta, só para exemplificar, a Coreia do Norte, na Ásia, e a Etiópia, na África, estão entre os piores.

OS DIREITOS de cidadania nos países democráticos são conquistados através da organização e luta políticas. Nada acontece por acaso ou porque os políticos são “bonzinhos”. Tem sido assim ao longo da história e em todas as latitudes. No Brasil não é diferente. Desde o fim da ditadura militar, com os direitos políticos e civis restabelecidos, os brasileiros estão exercendo sua cidadania mais efetivamente, conquistando importantes vitórias.

OS DEVERES da cidadania, num país democrático como o Brasil, são também importantes no sentido de que é necessário para garantir o que foi conquistado. Para resgatar a cidadania dos excluídos. Para aprimorar o governo democrático. Assim como democracia e cidadania são conceitos complementares, da mesma forma não se pode conceber direitos sem a contrapartida dos deveres dos cidadãos e cidadãs.

ESTE TEMA relacionou democracia e cidadania como aspiração, desejo, realização da sociedade humana ao longo da história. Sugere que há diferenças entre os países no que diz respeito aos direitos políticos e civis. E também que a conquista dos direitos de cidadania no Brasil devem ser acrescidos aos deveres correspondentes.

XIV. Violência

Todos os tipos de violência: física, psicológica ou moral, sexual, em casa e/ou nas ruas, doméstica, no trânsito, cultural, policial, política e urbana. A violência na sociedade contemporânea é um tema permanente ou constante na agenda, no cotidiano de todo mundo, do mais simples cidadão ou cidadã ao político engravatado. Quando não somos nós mesmos vítimas, não a esquecemos, pois está em todas as mídias.

NA DEFINIÇÃO clássica o conceito de violência pressupõe o uso de alguma intervenção física de um indivíduo sobre um outro indivíduo ou sobre um grupo, por um lado; ou de um grupo sobre um indivíduo ou sobre um outro grupo, por outro lado. Quer dizer: o uso de força, intervenção física, fraca, moderada ou forte entre indivíduos e grupos relacionados, em que um é o agente agressor e o outro a vítima.

A **VIOLÊNCIA** ocorre quando a intervenção ou o uso da força é voluntária ou intencional. Quando há desejo ou vontade, por parte do agressor, seja indivíduo ou grupo, de ofender, coagir ou destruir alguém, uma pessoa ou um grupo de pessoas. A vítima ou as vítimas da violência, por outro lado, não desejam ou não tem vontade de sofrer intervenção física, o uso de força ou agressão contra si própria. Ou seja, a violência, nesses casos, é contra a vontade do indivíduo ou do grupo. É por isso, exatamente, que há a violência.

ESCAPAM da definição clássica de violência algumas situações muito peculiares. Por exemplo, quando agressor e vítima são a mesma pessoa, como no suicídio (Não se pode imputar como agressão por agente externo). Ou quando a vítima é o paciente e o agressor é o médico cirurgião, que retalha e corta o corpo (O torturador, que faz a mesma coisa, pratica, nesse caso, ato violento). E ainda quando há consentimento entre agressor e vítima, como no caso de uma relação sexual sadomasoquista (Trata-se aí de um prazer psicopatológico). Nestes casos o conceito de violência deve ser relativizado.

TIPOLOGIAS, ou diversos tipos de violência que acontecem no dia a dia podem ser identificados em particular: a) a violência urbana do crime, do trânsito e do abuso de autoridade policial; b) a violência sexual contra mulheres, homossexuais, adolescentes e crianças, nos casos de agressão física, estupros, morte, mutilação e atentados ao pudor, perpetrados por agressores domésticos, estranhos, pedófilos e perversos em geral; c) a violência psicológica ou moral, contra pessoas humildes, ou empregadas, como no assédio moral, através de atos que coagem e humilham a pessoa ou o grupo; d) a violência cultural contra etnias e grupos minoritários na sociedade, seja discriminando, seja excluindo. Estas tipologias, com certeza, não esgotam os casos de violência conhecidas, o que não é surpreendente, haja vista mais e novas denúncias que surgem constantemente.

ESTE TEMA enfocou a violência a partir da definição clássica e geral que relaciona agressor e vítima em condições de uso de força ou intervenção física voluntária. De casos excepcionais em que há violência necessária (médico cirurgião e paciente), em si mesma (suicídio) e consentimento (sadosoquismo). Por fim, citamos casos particulares de violência mais comuns no dia a dia ou cotidiano das pessoas.

XV. Terrorismo

No sentido político, o terrorismo é o ato ou a ação de quem recorre sistematicamente à violência para se impor, provocando o medo, o pânico, o temor ou simplesmente o terror. Dissemos “no sentido político” porque toda ação ou ato terrorista é, em última instância, uma ação ou ato político. O terrorismo pode ser do próprio Estado ou de um grupo de oposição às condições vigentes ou dominantes, ao *status quo*, visando à destruição ou destituição de quem está no poder. Em si o terrorismo é antidemocrático.

NA HISTÓRIA do terrorismo o marco principal foi a ditadura estabelecida por Robespierre e Saint-Just nos anos 1793-1794, durante a revolução francesa. Este período ficou conhecido como Regime do Terror, que fez largo uso da guilhotina para cortar cabeças que, supostamente, eram contrárias à revolução. O próprio rei, capturado quando tentava fugir, teve sua cabeça cortada. A guilhotina foi um instrumento por meio do qual Robespierre recorreu à larga para manter vigentes os ideais da revolução. Paradoxalmente ele mesmo, conhecido como “o incorruptível”, também foi guilhotinado.

O TERRORISMO DE ESTADO é comum nas ditaduras, seja de direita, seja de esquerda. O princípio é o mesmo do uso da guilhotina, contanto que destrua, acabe, liquide com os adversários políticos de quem está no poder. Só para citar, exemplificando esta idéia: o nazismo de Adolf Hitler na Alemanha, o fascismo de Benito Mussolini na Itália e os comunismos de Josef Stálin na antiga União Soviética e de Mao Tse Tung na China, impuseram políticas de terrorismo contra quem não se enquadrava no ideário ou ideologia do regime. Contam-se aos milhões as vítimas desses regimes, por tortura ou assassinatos em massa.

NO BRASIL, a ditadura militar que tomou o poder em 1964, num golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito, também usou e abusou de práticas terroristas para liquidar a oposição política e armada que se levantou contra ela. A dimensão deste terrorismo foi pequena, é verdade, mas não deixou de torturar e matar quem ousou enfrenta-la. Curiosamente, para os militares e seus cúmplices no poder os terroristas eram os outros, os que pegaram em armas e fizeram oposição sistemática.

A OPOSIÇÃO à ditadura militar no Brasil, é claro, também fez uso de atos terroristas, no sentido político, para tentar tomar o poder. Por exemplo, sequestros de diplomatas estrangeiros e assaltos que redundaram em mortes estão na conta da oposição. Alguns hoje estão no poder, o que confirma a tese do movimento da história: Dilma Rousseff, ministra do governo Lula e candidata à presidência da República; José Dirceu, ex-ministro e com direitos políticos cassados recentemente; Fernando Gabeira e Alfredo Sirkys, parlamentares, que participaram de sequestros.

HOJE, na atualidade, o terrorismo é internacional. A motivação não é só política, mas também religiosa. Também é cada vez menos usado o atentado seletivo contra um só alvo. São usados carros e caminhões bomba que mutilam e matam indiscriminadamente, como no Iraque e no Afeganistão. Até mesmo um outro território é atacado, como por exemplo, o perpetrado pela Al-Qaeda em Nova York, destruindo duas torres gêmeas, no famoso 11 de setembro.

ESTE TEMA deixa claro que o terrorismo está associado às ditaduras, aos governos de exceção e não democráticos. Que pode ser um terrorismo de Estado quando o governo no poder recorre sistematicamente à violência, por tortura ou assassinatos para liquidar os opositores. E de grupos que se opõe ao poder estabelecido, ao *status quo*, justa ou injustamente, também através de atos de força e violência. E que, por fim, o terrorismo da atualidade ataca indiscriminadamente alvos em qualquer parte, por bombas e agentes químicos de grande poder de destruição.

XVI. Avanços tecnológicos

Estes são cada vez mais frequentes na sociedade contemporânea, atual, de hoje. O hiato ou o intervalo entre novas descobertas e o aparecimento de todo tipo de engenhocas chega a ser tão pequeno que já não nos surpreende; deixa-nos indiferentes ou até passam despercebidos.

SE VOLTÁSSEMOS nosso olhar para o passado perceberíamos que o homem, a mulher, a humanidade esteve quase sempre em busca de melhorar a vida, de ampliar o bem estar, de reduzir o tempo necessário para tocar o seu trem de vida, no trabalho, com o aumento do lazer. Isto, para irmos ao princípio, desde a domesticação do fogo, que permitiu passar dos cru ao cozido na alimentação; à fabricação de instrumentos rústicos de pedra, osso e madeira, etc., num processo que foi se acelerando até a velocidade vertiginosa dos avanços tecnológicos atuais, em que o domínio do espaço parece ser o maior desafio.

A **TECNOLOGIA**, enquanto domínio de uma técnica e o meio para um determinado fim ou uso, é o resultado de uma atividade essencialmente humana. Nesse sentido, teve e tem uma evolução histórica, desde a produção de instrumentos rústicos no paleolítico às sofisticadas máquinas com tecnologia computadorizada para uso na medicina de hoje, por exemplo. Quer dizer, toda tecnologia, todo avanço tecnológico tem por finalidade a realização de desejos humanos. Do conforto, criando e aperfeiçoando instrumentos de uso diário. Voltados ao trabalho, à produção da existência em maior escala e menos tempo. Para a cura, com o aperfeiçoamento das técnicas médicas, etc., etc.

OS AVANÇOS tecnológicos neste século XXI com mais impacto no dia a dia das pessoas estão relacionados à tecnologia da informação (celulares e computadores ultra rápidos e multimídias); à biotecnologia, sobretudo na área médica (instrumentos/máquinas de diagnósticos e tratamentos sofisticados); e às tecnologias industriais, com grandes mudanças nas relações de trabalho (nos setores de serviço, na indústria e na agricultura). De se notar que os avanços tecnológicos implicam ou alteram as relações sociais e trabalhistas.

OS DESAFIOS em relação aos avanços tecnológicos, a nosso ver, estão mais em democratizar usos e oportunidades do que na apresentação de novidades voltadas ao consumo supérfluo de minorias. Também, por causa do aquecimento global que ameaça o planeta, a tecnologia tem um importante papel na redução de resíduos tóxicos e poluição em geral. E no controle e acesso às armas de matar, de destruição em massa.

NO BRASIL, os avanços tecnológicos acompanham, de certa forma, com algum atraso, as novidades dos países capitalistas ricos, mais desenvolvidos. Num mundo globalizado como o do século XXI, o acesso às melhores tecnologias, em todos os setores, está relacionado com a possibilidade de pagamento pela mesma. Ter a transferência é outra questão, mais complicada. De qualquer forma, a pesquisa em ciência e tecnologia no Brasil não é desprezível. Ao contrário, é até elogiada por ter alguns centros de excelência, em empreendimentos de governos e universidades.

ESTE TEMA mostra, em linhas gerais, que os avanços tecnológicos enquanto realização da humanidade teve início em tempo e lugar, mas que não tem ou terá fim: é o reflexo da inquietude humana, para criar, aperfeiçoar e expandir sua presença em tudo. Que estes avanços incorporam-se no dia a dia e às vezes nem são notados. E que há desafios na democratização dos seus usos, nos perigos relacionados à poluição e na falta de controle das armas que podem, inclusive, destruir o planeta.

XVII. Relações de trabalho

São relações que estabelecem algum vínculo legal e/ou ilegal entre quem emprega e quem trabalha, entre o empregador e o trabalhador. **Não é o mesmo que relações no trabalho**, que relaciona comportamentos entre as pessoas no local de trabalho, tanto entre empregados entre si, como entre empregados com o (a) chefe (a) e/ou patrões.

O TRABALHO ASSALARIADO é uma relação legal, baseada em regime jurídico. Como se sabe, o trabalho assalariado é próprio, específico da sociedade capitalista, na sua forma mais elaborada. Nesse regime, os trabalhadores recebem salários e outros benefícios pelo seu trabalho, pela “venda da sua força de trabalho”, como dizia Marx, pela sua jornada de trabalho e pela sua produtividade.

O TRABALHO ESCRAVO é ilegal, mas ainda existe, inclusive no Brasil, conforme reiteradas denúncias. No passado, o escravo ou a escrava era apenas um bem do senhor, como o cavalo, por exemplo. Hoje as relações de trabalho escravo se baseiam no máximo de exploração sem a mínima garantia de direitos, além de condições desumanas de alimentação, moradia e nada de salário!

O TRABALHO INFANTIL também é ilegal. É bastante disseminado em países pobres e em desenvolvimento. Em si, este tipo de trabalho estabelece relações cruéis e irreparáveis contra a infância, contra as crianças indefesas em geral. A remuneração nesta relação de trabalho, para dizer o mínimo, é vergonhosa em todos os aspectos.

O TRABALHO A DISTÂNCIA é uma relação trabalhista nova, assentada na revolução tecnológica dos meios de informação. O trabalhador, geralmente profissional liberal, não comparece na “linha de montagem”, no local de trabalho. No trabalho a distância o escritório é a própria casa, e as ferramentas são o telefone e o computador. Este trabalho é legal e remunerado de acordo com a legislação trabalhista em vigor.

NO MUNDO, a tendência é a flexibilização das relações trabalhistas a partir, é claro, dos países mais desenvolvidos, modelos ou parâmetros de análise. Menos jornada de trabalho ou menos horas trabalhadas, salários maiores, por produtividade ou tarefa, assistência médica total e todas as garantias previdenciárias, tudo o que faz parte dos direitos dos trabalhadores modernos.

NO BRASIL as relações trabalhistas ainda são insuficientes e conflituosas, apesar de todas as legislações trabalhistas desde 1943, no governo Getúlio Vargas. Um exemplo são os milhares de ações trabalhistas, para dirimir conflitos e ajuizarem direitos. A própria máquina da Justiça do Trabalho no Brasil, com seu gigantismo, é um exemplo disso.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO são dinâmicas e têm tido alterações ao longo do tempo, da história. No capitalismo do século XIX, por exemplo, a jornada de trabalho ultrapassava as quinze horas. As mulheres e as crianças estavam desprotegidas. As mudanças, de lá para cá, devem-se às lutas dos trabalhadores. Ou seja, na relação capital/trabalho não há nada de graça.

ESTE TEMA aborda os principais tópicos das relações de trabalho. Num contexto histórico. Na atualidade. Diferencia o trabalho legal do ilegal. Tipifica relações de trabalho, desde o assalariado ao trabalho a distância. Sugere a idéia de evolução nas relações trabalhistas, no mundo e no Brasil. E, por fim, mas não menos importante, deixa claro que todas as mudanças fazem parte da luta dos trabalhadores, da dialética entre o capital e o trabalho.

XVIII. Tecnociência

Este conceito ou expressão quer dizer que o objeto (a tecnologia) e o sujeito (o conhecimento científico) estão unidos num determinado contexto social, conhecido também por “sociedade tecnocientífica”. Explicando melhor: grosso modo ou de forma simplificada, a tecnociência trata das, ou discute as implicações da tecnologia e da ciência na sociedade, dos seus riscos e impactos na vida das pessoas.

A SOCIEDADE TECNOCIENTÍFICA é justamente, ou exatamente o resultado das revoluções tecnológicas e científicas das últimas décadas. Alguns marcos divisórios podem ser: as novas relações de produção com o fim da 2ª guerra mundial; o impacto ético e científico com a explosão das bombas atômicas no Japão; a corrida armamentista e espacial entre EUA e URSS durante a “guerra fria” nos anos 50; e a revolução comportamental através da cultura de massa, com a explosão do consumo de novos produtos.

O NOVO E O VELHO passam a ser parâmetros. Nos centros mais avançados da sociedade surgem, desde então, nítidas diferenças entre o que é “moderno e antigo”; “avançado e atrasado”; “urbano e rural”; e/ou “evoluído e arcaico”. É a partir deste novo contexto social que, já nos anos 70, o filósofo belga Gilbert Hattois emprega o conceito de tecnociência e, por conseguinte, o de sociedade tecnocientífica com a introdução da Ética, para analisar as implicações resultantes.

O CONHECIMENTO científico, com todas as revoluções das ciências naturais, passa a ser o critério da verdade, em última instância. Desde então é comum ouvirmos dizerem: “a ciência prova que...” ou “isto é ciência”. Só recentemente, nos últimos anos, é que começa haver uma preocupação com os limites éticos sobre as verdades científicas. Por exemplo: **devemos** clonar o ser humano? Mas e daí?...

A TECNOLOGIA, nesta mesma sociedade, também causa comportamentos arrogantes, antiéticos. Há inúmeras inovações e mudanças nas formas de relacionamento social, para o bem estar, claro, mas também inúmeras distorções. Em alguns casos, há uma espécie de “desumanização”, ou “robotização” de pessoas ou grupos sociais, obcecados pelas “maravilhas” de novas engenhocas ou geringonças. Por exemplo: com o computador ou celular de última geração, quando os usuários excluem aqueles que não falam a mesma linguagem e/ou não fazem parte do site de relacionamento, maquinalmente, etc.

A TECNOCIÊNCIA, considerada como um conhecimento de uso interdisciplinar tem por objetivo apreender as distorções entre os usos da tecnologia e da ciência na sociedade em que vivemos. Ou seja, delimita modelos éticos ou bioéticos para que, como na célebre estória do “aprendiz de feiticeiro”, a criatura não acabe dominando o criador. Ou como no filme “2001: Uma odisséia no espaço”, em que o supercomputador Hall assume o comando da nave espacial e passa a dar ordens na tripulação.

ESTE TEMA relaciona a tecnologia, que é o artefato ou objeto, com a ciência, que é o conhecimento ou o sujeito na chamada sociedade tecnocientífica. Que ambos, sujeito e objeto, ou vice-versa, estão unidos de tal forma, em alguns contextos sociais mais evoluídos, que os limites éticos inexistem ou foram e/ou estão sendo abolidos. Que o fenômeno foi causado pelas revoluções tecnológicas e científicas, assim como comportamentais desde os anos 50 passados, mais ou menos, de acordo com o marco estabelecido. E que a discussão suscitada pela tecnociência é, sobretudo, de caráter ético, tanto no que concerne aos usos de engenhocas e geringonças, como nos impactos e riscos bioéticos, ou pelas distorções inerentes ao modelo, nem sempre direcionadas para o bem.

XIX. Propriedade intelectual

É a que resulta de um ato de criação/invenção, de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, de uma equipe. O criador ou o inventor, desde que legalmente reconhecido, passa a ser detentor de direitos de propriedade intelectual/autoral, confirmada justamente pela autoria ou invenção. Em princípio não é um bem material, mas que pode ser materializado. São exemplos: uma idéia que vira um livro; um som que se torna música; e uma teoria que se transforma em máquina.

SOBRE DIREITOS AUTORAIS de propriedade intelectual, estes são garantidos por leis, nacional ou internacional. Os casos específicos são, como nos exemplos acima, **literários, artísticos e científicos**. Um ou mais de um indivíduo pode ser detentor, pela criação/invenção/participação de um livro com colaboradores e/ou a quatro mãos; de uma música com vários autores, o que é comum; e de uma teoria, concomitantemente com outros.

SOBRE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, também garantidas por leis, a soma dos direitos são exercidas sobre patentes, marcas e desenhos. Geralmente estes direitos são adquiridos através da compra de uma propriedade intelectual, ou como resultado de um projeto de investimento em pesquisas. Nos casos de direitos autorais literários pode acontecer do autor ou autores transferirem o mesmo mediante um pagamento antecipado, transferindo suas propriedades. A mesma alienação, ainda que mais rara, ocorre com o criador artístico. Mas é na área científica que ocorrem os maiores casos de propriedade intelectual pertencentes às indústrias.

A **LEGISLAÇÃO** define com precisão o que é do autor ou autores, do que é da indústria/corporação/entidade. Respectivamente, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (**OMPI**) e o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**), são órgãos fiscalizadores da observância da propriedade intelectual no mundo e no Brasil. Algumas importantes leis nacionais sobre propriedade intelectual são: a Lei 9.610/98 para direitos autorais; a Lei 9.609/98 para software; a Lei 9.456/97 para cultivares (relacionados com plantio); e a Lei 9279/66 para marcas e patentes. Toda legislação não impede, contudo, fraudes e piratarias.

A **PIRATARIA** é o principal fantasma que assusta autores e indústrias. Segundo os mesmos exemplos acima, um livro pode ser copiado através de xérox ou da web; uma música pode ser “baixada” sem autorização, assim como filmes, etc.; e o resultado de uma pesquisa ou até o projeto é copiado ou imitado por fraudadores. É através da internet que ocorrem os casos mais conhecidos de fraude e pirataria.

NA INTERNET está o maior desafio relacionado com a propriedade intelectual. Cópias sem autorizações, difusão de idéias sem consentimento e até a apropriação indébita de textos científicos ou acadêmicos são constantes. Por falta de fiscalização ou inépcia legislativa, há muita impunidade nestes setores, o que só contribui para aumentar fraudes e piratarias. A idéia é que a como a internet deve ser um “território livre”, de absoluta liberdade, é inútil e antidemocrático tentar controlá-la.

ESTE TEMA relaciona propriedade intelectual com os direitos autorais e de propriedade industrial. Que propriedade e direito intelectual são regulados por lei mundiais e nacionais. Que a pirataria é um grande flagelo para autores e indústrias. E que a internet é, atualmente, o maior meio e/ou instrumento de piratarias e fraudes contra a propriedade intelectual.

XX. Mídias e tratamento da informação

São mídias, na definição técnica e precisa, todos os tipos de suportes de difusão de informações. Isto quer dizer que elas, as mídias, estão diretamente ligadas aos estágios tecnológicos, que possibilitam sua difusão de tal ou tal forma, através de tal ou tal meio. Um exemplo clássico é a invenção da imprensa por Gutemberg no século XV, que permitiu a passagem dos livros copiados manualmente para os impressos e até folhetins e jornais.

A DIFUSÃO da informação através das mídias geralmente é feita por meios de comunicação de massa, que abrange um conjunto de pessoas ou população, os destinatários. Estes estão na ponta do sistema, que têm também o autor/difusor (o mídia) e os meios de difusão da informação, as mídias.

AS MÍDIAS contemporâneas mais acessíveis ao conjunto da população são: as impressas como jornais, livros e revistas; as de imagens, como a televisão, o cinema, a fotografia e os vídeos; as de rádio; e as telemáticas, que englobam telefonias, informáticas e satélites. O uso de uma ou mais mídia pelas pessoas depende de variáveis como a cultura, educação e economia.

OS MÍDIAS são todos aqueles que chamamos acima de difusores ou autores. São exemplos: um fotógrafo com assinatura e crédito pela imagem produzida; diretores e realizadores cinegrafistas e radialistas; publicitários e jornalistas de mídias impressas e eletrônicas; etc. É importante ressaltar que eles estão atados ao mercado e aos clientes, tendo sua liberdade de criação circunscrita, portanto. Não podem querer dar uma de deus.

MULTIMÍDIAS são expressões usadas principalmente para designar profissionais da informação que fazem uso de mais de uma mídia. Um (a) jornalista que é colunista de jornal impresso, de revista, além de comentarista de economia no rádio e TV e que ainda possuir blog em site na web é, com todas as letras, um multimídia. Há também os (as) multimídias entre publicitários, escritores, fotógrafos e cinegrafistas. A questão é se faz uso de mais de uma mídia ou meio de informação nos seus trabalhos.

NOVAS MÍDIAS são aquelas relacionadas com a revolução na tecnologia da informação. Como vimos acima, os estágios tecnológicos estão sempre mudando de forma lenta ou rápida. O cinema, por exemplo, demorou mais de um século para passar de preto e branco e mudo para o da explosão de cores e som atuais. Nesse sentido, novas mídias estão relacionadas às comunicações generalizadas via satélites, às inovações e agilidades da informática e às telefonias de alta definição e multiuso.

O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO é dependente de variáveis tais como o tipo de mídia usada para a informação. A internet, por exemplo, diz-se que é livre. Mas mesmo aí há filtros e censuras, em países fechados como a China. Outra variável é a cultura, que cerceia, para dizer o mínimo, as informações midiáticas, como no Irã, por exemplo, um país mulçumano. Também são variáveis o mercado, com as relações econômicas e a educação, que facilita o acesso às tecnologias de ponta.

ESTE TEMA define mídia como suporte de difusão de informação de massa. Que as mídias, enquanto tais estão relacionadas com um determinado estágio de evolução tecnológica. Que o sistema da informação é tripartite: os meios ou as mídias; os autores/criadores ou os mídias e os destinatários ou público-alvo. Por fim, que o tratamento da informação depende de variáveis relacionadas com a cultura, a educação e a economia.